

Manoel Jorge e Silva Neto

Fundamentos da Constituição Econômica

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2025

Sumário

Prefácio	IX
Capítulo I – Teoria Geral do Direito Econômico	1
I.1 Colocação do tema	1
I.2. Direito e evolução das relações humanas. As sociedades gentílicas e a era pós-moderna	3
I.3. Conduta sujeita à incidência normativa	4
I.4. A ideologia e o direito econômico. Sentidos da palavra ideologia. O pensamento de Mannheim	5
I.4.1. O direito econômico comporta a ideologia?	6
I.4.1.1. O pensamento de Hans Kelsen	7
I.4.1.2. A teoria de Edmund Husserl	7
I.5. A semiologia e a compreensão do direito econômico	9
I.6. O surgimento do direito econômico: do capitalismo atomista ao capitalismo de grupo	11
I.7. Conceito de direito econômico. Conceito amplo e estrito	13
I.8. Direito econômico e direito da economia	14
I.9. Relações do direito econômico com os demais “ramos” do direito	15
I.10. Caracteres do direito econômico	19
I.11. Teorias do direito econômico	24
I.11.1. A classificação de Hedemann	25
I.11.2. Teorias de Visão Ampla e de Visão Parcial	25

I.11.2.1. Teoria da Força da Conformação.....	26
I.11.2.2. Teoria da Conexão de Sentido	27
I.11.2.3. Teoria da Direção Econômica	29
I.11.2.4. Teoria da Economia Organizada	29
I.11.2.5. Teoria do Direito da Comunidade.....	30
I.11.3. Teorias de Visão Parcial.....	31
I.11.3.1. Teorias Baseadas no Sujeito do Direito Econômico	31
I.11.3.1.a. Teoria do Direito da Empresa	31
I.11.3.1.b. Teoria do Direito da Intervenção do Estado	33
I.11.3.2. Teorias baseadas no objeto do direito econômico	33
I.12. Necessidade de uma teoria geral do direito econômico.....	34
I.13. O planejamento econômico	34
I.13.1. Visão liberal e contemporânea do planejamento	34
I.13.2. Planejamento e plano.....	35
I.13.3 Tipos de planejamento em face do Direito Econômico	35
I.13.4. O planejamento econômico na visão dos estudiosos	38
I.13.5. História do planejamento no Brasil.....	40
I.13.6. Planejamento econômico e ideologia	44
I.13.7. O Poder Executivo e o planejamento econômico.....	47
I.13.7.1. Aplicação atual da teoria de Montesquieu.....	49
I.13.7.2. A perda de atribuições do Poder Legislativo em matéria econômica	49

Capítulo II– Interpretação e Aplicabilidade das Normas Constitucionais Econômicas.....	55
II.1. A interpretação como ato humano.....	55
II.1.1. A interpretação da lei.....	56
II.1.2. A especificidade da interpretação constitucional.....	58
II.1.2.1. Caracteres das normas constitucionais	59
II.1.3. Princípios de interpretação das normas constitucionais econômicas	60
II.2. Aplicabilidade das normas constitucionais econômicas.....	66
II.2.1. Distinção necessária entre eficácia, aplicabilidade, validade e vigência.....	66
II.2.2. A classificação de Maria Helena Diniz.....	69
II.2.2.1. As cláusulas programáticas econômicas e a sindicabilidade dos atos de governo em matéria de política econômica	73
Capítulo III– O Direito Econômico e o Sistema Constitucional	79
III.1. Explicação necessária.....	79
III.2. Os princípios fundamentais do estado brasileiro e o direito econômico.....	79
III.2.1. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa	86
III.2.2. Os objetivos fundamentais	89
III.3. O direito econômico e os direitos individuais	90
III.3.1 . O direito de propriedade.....	95
III.3.1.1. As Constituições contemporâneas e o direito de propriedade.....	96

III.3.1.2. A propriedade na Constituição de 1988	98
III.3.1.3. A política econômica e as propriedades	102
III.4. O direito econômico e o sistema federativo.....	104
III.4.1. As competências federativas e o direito econômico	107
III.4.2. Competências federativas e as políticas fiscal e econômica ...	110
III.4.3. A intervenção federal e o direito econômico	111
III.5. Direito econômico e o sistema constitucional tributário	112
III.5.1. Os princípios constitucionais tributários.....	112
III.5.2. Extrafiscalidade e o direito econômico	118
III.5.2.1. Os incentivos fiscais e o direito econômico	119
III.5.2.2. A para-fiscalidade e o direito econômico.....	120
III.6. O direito econômico e a Ordem Social	122
III.6.1. O direito econômico e a previdência social.....	125
Capítulo IV – Ordem Econômica e Financeira	127
IV.1. Ambiguidade da expressão “ordem econômica”	127
IV.1.1. Conceito de ordem econômica.....	128
IV.2. Intervenção do estado no domínio econômico	128
IV.2.1. Crítica à intervenção do estado	128
IV.2.2. O Estado como agente de satisfação de necessidades	129
IV.2.3. Relação entre Direito e Economia.....	132
IV.2.3.1. O pensamento de Karl Marx.....	132
IV.2.3.2. A teoria de Max Weber	135
IV.2.3.3. A Escola Histórica da Economia Política	136
IV.3. Contexto histórico da atuação do estado no domínio econômico	137

IV.4. Técnicas empregadas pelo estado para intervir no domínio econômico.....	141
IV.4.1. O pensamento de Ariño Ortiz	142
IV.5. As constituições brasileiras e a intervenção do estado no domínio econômico	144
IV.6. A intervenção do estado no domínio econômico e a Constituição de 1988	147
IV.6.1. O art. 170, e os Princípios Gerais da Atividade Econômica.....	149
IV.7. A disciplina financeira e o art. 172, da Constituição	154
IV.8. O art. 179 e os direitos trabalhistas.....	156
IV.9. A política urbana.....	157
IV.10. A reforma agrária.....	160
IV.11. O sistema financeiro nacional	162
IV.12. Ordem econômica internacional	162
Capítulo V – Constituição e Direito Econômico da Concorrência ...	167
V.1. Direito da concorrência: “ramo” autônomo do direito?.....	167
V.2. Classificação doutrinária da concorrência	167
V.3. Regulação da concorrência na história	169
V.3.1. As três fases da concorrência.....	170
V.3.2. A regulação da concorrência nos Estados Unidos	176
V.3.2.1. A “regra da razão” e a concorrência nos Estados Unidos.....	178
V.3.2.2. A Escola de Chicago e a concorrência.....	179
V.4. Evolução histórica da concorrência no brasil.....	180
V.5. O § 4º do art. 173, o art. 5º, II, da Constituição de 1988 e a regulação da concorrência.....	186

V.6. Os dispositivos da Lei n. 12.529/2011 e a Constituição.....	187
V.6.1 Uma questão de ordem: a jusfundamentalidade d as prescrições da Lei n. 12.529/2011	187
V.6.2 Exame em espécie das prescrições da Lei n. 12.529/2011. Algumas questões constitucionais correlatas.....	190
V.6.3 A Lei n. 14.470/2022 e o private enforcement	194
V.6.4 Killer acquisitions e os preceitos antitruste.....	195
V.7. A atuação do CADE no Caso AMBEV. Reflexos constitucionais.....	196
Capítulo VI – A Constituição de 1988 e a Lei de Liberdade Econômica....	201
VI.1. Propósito do Capítulo	201
VI.2. A Lei nº 13.874/2019 como Norma Geral de Direito Econômico	202
VI.3. Princípios de liberdade econômica previstos na Lei nº 13.874/2019	203
VI.4. Questões constitucionais relevantes sobre a Lei n. 13.874, de 20 de setembro de 2019	204
VI.4.1. Exame de constitucionalidade do art. 3º, I, da Lei de Liberdade Econômica	204
VI.4.2. A Lei de Liberdade Econômica e a Cobrança de Taxas por Atos Públicos. A isenção de Taxas para Escritórios de Advocacia	206
VI.4.3. A Desconsideração da Personalidade Jurídica na Lei de Liberdade Econômica e seus Fundamentos Constitucionais	207
VI.4.4. O Instituto do “Abuso Regulatório” e o Artigo 174, da Constituição	208
VI.5. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a liberdade econômica	213

Capítulo VII – As Constituições Econômicas no Direito Estrangeiro.....221

VII.1. Justificativa do Capítulo221

VII.2. As constituições econômicas em espécie221

VII.2.1. A Constituição da África do Sul, de 4 de fevereiro de 1997 222

VII.2.2. A Lei Fundamental da República Federal
da Alemanha, de 23 de maio de 1949 224

VII.2.3. A Constituição da Argentina, de 3 de janeiro de 1995..... 224

VII.2.4. A Constituição da Bélgica, de 1831 225

VII.2.5. A Constituição do Chile, de 1980 226

VII.2.6. A Constituição da República Popular
da China, de 4 de dezembro de 1982 226

VII.2.7. A Constituição da Colômbia, de 1991 229

VII.2.8. A Constituição da Espanha, de 29 de dezembro de 1978.... 230

VII.2.9. A Constituição francesa, de 3 de junho de 1958232

VII.2.10. A Constituição da Holanda, de 2023232

VII.2.11. A Constituição da Índia, de 26 de janeiro de 1950233

VII.2.12. A Constituição do Irã, de 1979.....235

VII.2.14. A Constituição de Luxemburgo,
de 17 de outubro de 1868.....239

VII.2.15. A Constituição da Noruega, de 17 de maio de 1814239

VII.2.17. A Constituição da Federação Russa, de 1993..... 242

VII.2.18. A Constituição sueca 243

Posfácio..... 245

Bibliografia..... 249